

O ESPAÇO COMO MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DA COMUNICAÇÃO

CIMINO, Laura Fernanda Cimino¹

EICHEMBERG, Maria Júlia Barbieri²

EICHEMBERG, André Teruya³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo estudar as diferentes manifestações do espaço, ou seja, suas espacialidades construídas pelos meios e as tecnologias da linguagem. Infere-se que o espaço deve ser compreendido como uma matriz cognitiva que identifica e marca as diferenças entre as culturas. Espaço, comunicação e cultura são elementos transitivos que representam o espaço social e as suas respectivas dinâmicas. Problematizar tais questões do espaço supõe pensá-lo enquanto signo que comunica um determinado valor social. Trata-se de pensar o espaço não mais como uma entidade abstrata e metafísica, mas como operacionalizador de transformações nas relações sociais, intersubjetivas e que configuram o ambiente da cultura. Parte-se da questão “em que medida o espaço pode ser compreendido como um meio comunicativo que se organiza por meio de distintas espacialidades?”. Metodologicamente partimos de uma revisão bibliográfica de fundamentação dos conceitos de mediação, construtibilidade e comunicabilidade (Ferrara, 2002, 2008) ambiência e vínculo comunicativo (McLuhan, 1980; Sodré, 2002), mundialização da cultura (Ortiz, 1994).

Palavras-chave: Comunicação. Espaço. Cultura.

INTRODUÇÃO

Neste artigo estuda-se o espaço enquanto manifestação comunicativa dos diferentes ambientes que formam a cultura. Entretanto, para que isso ocorra é indispensável abandonar qualquer perspectiva dogmática e consagrada pela

¹ Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Votuporanga, São Paulo, Brasil. Professora dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social e Tecnologia em Produção Multimídia. mj_barbieri@yahoo.com.br

¹ Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Votuporanga, São Paulo, Brasil. Professora dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social e Tecnologia em Produção Multimídia. fernandacimino2009@gmail.com

¹ Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Votuporanga, São Paulo, Brasil. Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social e Tecnologia em Produção Multimídia. tchem_8@hotmail.com

ciência moderna que, por muito tempo, privilegiou a racionalização como categoria universal do pensamento. Ou seja, acredita-se que o espaço não deve ser reduzido apenas a sua categoria apriorística de limite absoluto estabelecido pela filosofia e a física, mas, deve ser compreendido como meio vinculativo entre a comunicação e a cultura. Compreende-se o espaço como *intermezzo*, uma espécie intervalo que se processa “entre” a cultura e a comunicação. É neste aspecto que Ferrara (2008) dirá que o espaço entre comunicação e cultura exige o esclarecimento de três elementos essenciais que se referem: àquela característica construtiva, às interações daquela base comunicativa e às dimensões culturais que impregnam aquela comunicação. O espaço transforma-se em matriz cognitiva capaz de organizar territorialidades e comunicar as múltiplas dimensões cultura edificando, desse modo, uma genealogia que vai do local ao global.

Portanto, especificamente, estuda-se, empírica e teoricamente, o espaço não mais como categoria física ou metafísica do conhecimento científico e filosófico, mas, enquanto *meio* capaz de agenciar transformações na sociedade e, conseqüentemente, modificar crenças e tradições. Daí que o espaço passa ser compreendido como agenciador de mudança das condições materiais e históricas de determinada cultura.

Por outro lado, é necessário lembrar-se que o espaço¹ enquanto categoria de pensamento lógico² é capaz de se fazer representar por meio de diferentes espacialidades que refletem a configuração de um determinado “espírito do tempo” (Morin, 1997). Daí ser possível falar numa espacialidade Renascentista (Cultura do Renascimento); ou espacialidade Modernista (Cultura da Modernidade) e, finalmente, Pós-Moderna (Cultura Contemporânea ou Pós-

¹ Não podemos esquecer que tempo e espaço são categorias cognitivas responsáveis pela produção do conhecimento e que em determinadas culturas acabam tendo uma predominância maior de uma sobre a outra.

² Estuda-se o espaço na construtibilidade que o representa e se propõe como novo paradigma para o conhecimento porque, não considerando os limites absolutos estabelecidos pela filosofia e pela física, aquela construtibilidade estuda o modo como o espaço se assinala enquanto elemento que intervém na materialização da cultura e no modo como ela se comunica na História (FERRARA, 2008, p.8). Portanto, quando nos referimos ao espaço como categoria de pensamento lógica é porque na maioria das vezes a ciência o compreende apenas na dimensão metafísica e não na sua dimensão (sensível, *aesthesis*) imanente como materialidade significativa.

Histórica). Isso significa que a construtibilidade do espaço se faz enquanto narrativa histórica do *locus* social que é marca da cultura.

desse modo, estuda-se espacialidades que vão da imagem à simulação ou ao simulacro; do som à música ou ao silêncio; do verbal ao desenho diagramático da leitura; do slogan promocional à persuasão apenas sugestiva; da arquitetura como equipamento à forma da cultura; da cidade como função e uso ao ambiente que se comunica como espaço social; do desenho enquanto gráfico ao design como ideográfico; do confronto das culturas oriental e ocidental no recorte das distintas espacialidades; do design da aparência à montagem de cena como construção da espacialidade dramática do teatro, do cinema ou da televisão; da notícia que acontece ao acontecimento que é manchete; da ciência que se auto explica como disciplina à descoberta que se desdobra no espaço “entre” construído pelo diálogo que se trava por meio de todas as áreas do conhecimento (FERRARA, 2006, p.7).

Estudar as espacialidades, neste aspecto, é compreender o modo como o espaço se organiza num determinado sistema de representação, ou seja, como os signos constroem suas sintaxes a partir de determinados códigos e linguagens. Em outras palavras, trata-se de investigar “em que medida o espaço pode ser compreendido como meio comunicativo que organiza distintas espacialidades?

1. A ALDEIA GLOBAL COMO ESPAÇO COMUNICANTE DA CIDADE-MUNDO

A Aldeia Global, tal como é definida por Marshall McLuhan (1911-1980), apenas pode ser apreendida na sua amplitude se antes retomarmos aquilo que o autor define como meio. Isto porque, para o autor, além de se configurarem como extensões de um ou mais órgãos sensoriais, os meios não podem ser dissociados dos efeitos sociais e cognitivos que produzem, do qual resulta a emergência de um ambiente de serviços completamente novo.

Neste sentido, refletir sobre um determinado meio implica, necessariamente, relacioná-lo ao seu ambiente correspondente, pois, segundo McLuhan, “o que muda o ambiente são as pessoas, não a tecnologia” (2005, p.

284). O germe da chamada Aldeia Global estaria assim no ambiente gerado primeiramente pela eletricidade e, posteriormente, pela tecnologia digital.

Para o teórico canadense, a energia elétrica constitui um prolongamento do sistema nervoso central, uma vez que possibilitou o surgimento de outros meios que potencializam de forma equilibrada todo o sensorio humano, diferentemente da imprensa, que distende apenas um órgão, ou seja, o olho. Daí decorre a importância que o autor delega à natureza “audiotátil” (MCLUHAN, 2005, p. 15) da televisão, pois diferentes sentidos são ativados para completar a imagem eletrônica. Não por acaso, este novo ambiente gerado pela eletricidade é também denominado pelo autor como a “era do circuito” (2005, em que o fluxo de informações ocorre de forma extremamente acelerada, da mesma forma que todos os seus componentes são atingidos quase que ao mesmo tempo por uma mesma informação. Até mesmo os usuários, envolvidos como um dos terminais constitutivos do circuito, são “remetidos” (MCLUHAN, 2005, p.238) para dentro da rede de dados e passam a atuar como (co) autores das mensagens que circulam pelo ambiente.

Como, para McLuhan, a matriz do digital está no eletrônico, o circuito passa a ter uma dimensão ainda maior com o desenvolvimento dos sistemas informáticos, dado que potencializam ainda mais o envolvimento em profundidade produzido pela eletricidade. Dessa forma, a Aldeia Global constitui este imenso circuito informacional que recobre todo o planeta, caracterizado pelo movimento intenso e descontínuo das informações vindas de “todas as direções ao mesmo tempo” e, por isso, diferentes sentidos são ativados para relacioná-las.

Esse novo ambiente de serviços restaurará a experiência não especializada entre os homens e a percepção de mundo distintiva das sociedades arcaicas, ainda que esse novo contexto não seja o mesmo daquele vivido pelo homem tribal, pois, se antes, o envolvimento sensorio era decorrente da palavra falada, agora, este processo ocorre pela mediação de uma tecnologia artificial de comunicação. Tanto que o autor retoma a ideia de aldeia para caracterizar o atual ambiente informacional, dado que este “resgata” uma forma de envolvimento sensorio que há muito havia desaparecido em virtude da especialização gerada pela escrita alfabética e que era desconhecida pelas sociedades arcaicas.

McLuhan propõe um novo paradigma comunicacional ao atribuir aos meios o papel de diminuir as distâncias, promovendo a emergência de um espírito planetário ou global que pudesse estreitar as relações econômicas, sociais, políticas e culturais de diversos países, gerando uma teia de dependências mútuas, solidariedades originadas de uma “noosfera” comum. A atual dinâmica comunicacional - iniciada especialmente nos pós anos 1980, quando a Internet sai das estruturas do Estado Norte-americano que a utilizava tanto para fins científicos como para fins de controle-proteção, passando a difundir-se nos meios universitários e chegando depois ao alcance da população, do homem comum – retoma essas discussões, especialmente o conceito de McLuhan, ao debater a possibilidade de uma “cidadania planetária”, ou de cidades sustentáveis etc.

Não se pode negar que esse salto comunicacional é de importância crucial para as sociedades atuais. Velhas e novas sociabilidades contam, desde então, com a potencialidade de um outro meio de comunicação, mais interativo que a televisão, jornal, cinema e o rádio. Desta forma, redes sociais que já estavam estruturadas no cotidiano das cidades e países puderam ampliar seu escopo de participação, com a rede técnica que rompeu os limites do Estado Nação, direcionando-se à utopia da “aldeia global”. Todavia, o que se deve questionar dessa nova dinâmica comunicacional é não somente como se origina, mas em meios à quais processos sócios, políticos, econômicos e culturais emergem a possibilidade de se efetivar o espírito da “aldeia global”.

Para se atingir um estado sociocultural de interconectividade global foi preciso gerar um processo de universalização e desenvolvimento da ciência e tecnologia. Essa disseminação somente pode existir com o casamento entre os processos globais de produção econômica e informacional. Desse modo, a globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de tempo-espço, encurtando as distâncias espaciais (HARVEY, 1992) implicados pelo resultado de avanços tecnológicos que permitiram um tipo de globalização econômico-financeira, e que por sua vez deram origem a uma reestruturação da organização social e, conseqüentemente, cultural.

Esses processos globais ou o fenômeno da globalização, apesar de emergirem no seio da modernidade, somente ganharam força de integração acelerando os fluxos e os laços entre as nações a partir dos anos 70. Fatos como o fim da guerra fria, a queda do muro de Berlim, o fim do socialismo real da extinta URSS e a queda das ditaduras Latino-Americanas também auxiliaram neste processo de reestruturação da comunicação e intercâmbio econômico, cultural, político e social mundial.

Nesse sentido, a revolução da tecnologia de informação tratada acima foi essencial para a implementação de uma reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 80. Essa reestruturação possibilitou tornar os conglomerados e empresas transnacionais, dominantes da maior parte da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais, os agentes mais dinâmicos da globalização em detrimento dos governos.

Compreendida, inicialmente, como um avanço do sistema capitalista e suas empresas transnacionais na tentativa de homogeneização do mundo pela esfera econômica, a globalização fora tratada como um processo monolítico e linear. Diversos autores afirmavam se tratar de uma “ocidentalização do mundo” efetuada pela era moderna, com a expansão do capitalismo sob as formas coloniais, neocoloniais e imperialistas de dominação econômica e política contrariando todas as teses do Iluminismo bem como colocando em risco a diversidade cultural humana.

O problema é que de fato a esfera que primeiro se apresenta no processo que culminou no que chamamos de globalização foi a econômica. Milton Santos (2002) chama atenção para o fato de que em virtude das novas possibilidades técnicas, desenvolveu-se “bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa” (Santos, 2002, p. 37).

A perversidade é conferida pelo fato de carregar em seu cerne uma “dupla tirania”, a do dinheiro e a da informação. Juntas, estas ganham forma através de um discurso ideológico cujo ponto central gira em torno do consumo, da competitividade e da produção estimulando um *ethos economicus* em toda humanidade. Para o autor, essa é a emergência de um novo tipo de totalitarismo e violência, já que a noção do bem público, do espaço público, bem como da

solidariedade, tornam-se cada vez mais desvalorizadas devido ao totalitarismo privado das empresas transnacionais.

O que é preciso compreender é que não se trata de um fenômeno recente, pois os estados-nação nunca foram tão autônomos e soberanos quanto pretendiam e o capitalismo foi desde seu início um sistema que ultrapassou as fronteiras territoriais nacionais. O que se torna um fato “novo” é que ela “anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas” (Santos, 2002, p. 26).

Esse “novo” pensado a partir das estratégias humanas também lançadas para além das fronteiras possibilita tratar a globalização não somente como uma tentativa de impor uma estrutura econômica monolítica, linear e homogeneizante advindas dos “países centrais” direcionadas aos “países periféricos”, pois o impacto da esfera econômica sobre os países “não centrais” ocorreu de forma muito distinta devido a outros fatores tão importantes quanto o econômico. Os fatores sociais, culturais e políticos locais ao se relacionarem com os imperativos econômicos transnacionais geraram diversas possibilidades de socialibilidades locais e globais contrapondo-se a ideia de padronização sociocultural, ou a chamada “macdonaldização do mundo” (ORTIZ, 1994).

Desse modo, as principais transformações acarretadas pela globalização situam-se tanto no âmbito da organização econômica, como das relações sociais, dos padrões de vida e cultura, das transformações do Estado e da política. Conforme Ianni (1995), o mundo foi se transformando em território de tudo e de todos, onde tudo – gente, coisas e idéias – se desterritorializam e se reterritorializam, adquirindo novas modalidades de territorialização. Essa dinâmica é retro-alimentada pelas relações entre o local e o global que se interpenetram tornando-se inseparáveis.

Longe de se constituir a partir de um território demarcado fisicamente, o processo tradutório operacionalizado nas cidades apenas pode ser apreendido pelas fronteiras sógnicas edificadas entre diferentes ordenações. Tal como define Yuri Lotman, é pela fronteira semiótica que ocorrem as trocas informacionais entre diferentes sistemas, visto que “la frontera semiótica es la suma de los traductores ‘filtros’ bilingües pasando a través de los cuales un texto se traduce a outro lenguaje (o lenguajes)” (LÓTMAN, 1996, p. 24).

Através destes “filtros tradutores”, um mesmo dado é transladado a partir dos códigos distintivos do sistema receptor que, por sua vez, também é completamente reordenado em virtude da “intromissão” de um novo signo que, a princípio, pode lhe parecer completamente estranho. É este diálogo ininterrupto e nem sempre constante e harmônico que confere o devir das culturas, o que faz com que cada uma tenha suas próprias especificidades.

Em especial, no caso da cidade, é possível distinguir um movimento que lhe é muito peculiar em relação ao modo como seus espaços são significativamente produzidos pela fronteira semiótica. Neste aspecto, o geógrafo Milton Santos é muito elucidativo ao situar a natureza eminentemente sistêmica e dinâmica dos lugares, por meio dos quais, torna-se possível apreender a construção das espacialidades que compõem uma cidade. Todo lugar sempre é fruto da junção de diferentes variáveis que possuem seu próprio tempo e/ou memória, visto que cada uma possui uma história e uma trajetória singular que, de alguma forma, lhe conferem um traço distintivo.

Neste sentido, um lugar é composto tanto por variáveis mais antigas, quanto por outras mais recentes, fruto de novos fluxos culturais. Todavia, quando formam um lugar, as diferentes variáveis “trabalham em conjunto”, pois passam a funcionar sincronicamente em virtude da “ordem funcional que as mantêm” (2002, p. 258) reunidas durante um determinado momento. Deste modo, é pela materialidade sógnica dos lugares que se torna possível apreender os processos tradutórios operacionalizados na cidade, assim como, são pelos lugares que os espaços que formam a cidade realmente ganham significado. Nesse sentido, não é a demarcação territorial e física que delimita a existência de um dado lugar, e sim a fronteira semiótica “edificada” com base na natureza e na combinação de um conjunto de variáveis.

Como a junção de um grupo de variáveis na formação de um lugar apenas ocorre em virtude do diálogo que estes espaços estabelecem com outras esferas, um lugar está sempre à “mercê” dos efeitos produzidos pela emersão de uma nova fase na história da cultura. Ainda assim, nem todos os lugares “reagem” da mesma forma a um dado fenômeno, pois a fronteira tradutória que cada um estabelece com outros sistemas depende, e muito, da própria “ordem funcional” que distingue o lugar, o que faz com que a combinação das suas variáveis seja única. Como o próprio autor afirma, um lugar pode ser

imediatamente contaminado por uma variável mais atual, resultante de um novo ciclo histórico, como pode, durante um determinado momento, manter-se a “salvo da influência” (2002, p. 259) desta mesma variável. Da mesma forma, os efeitos produzidos pela intromissão de uma variável num dado lugar podem ser os mais variados.

Por esse motivo, é impossível estabelecer um padrão tradutório único para qualificar o processo de globalização, como se este fenômeno atingisse indistintamente e produzisse o mesmo efeito em diferentes cidades. Inclusive, este é um indicativo fundamental para apreender o embate entre o lugar e o global, uma vez que este último apenas adquire materialidade após ser traduzido pelo lugar, o que resulta, muitas vezes, na produção de textos qualificados como “glocais”, visto que, nestes casos, os traços atribuídos à globalização não são “mimetizados” tai quais. Com relação a este aspecto, os chamados lugares indiciais, tal como define Ferrara são exemplares quanto ao embate que, muitas vezes, caracteriza os processos tradutórios estabelecidos entre o global e o lugar.

Assim sendo, os lugares indiciais são os espaços banais construídos no cotidiano de uma cidade, cujas configurações indicam, necessariamente, os processos que lhe dão origem, dada a proximidade existente entre eles, de modo que “a união se processa como simples e natural reação ante as dificuldades sempre novas e originais do cotidiano que atingem o coletivo e, assim, são enfrentadas” (FERRARA, 2002, p. 28). Isso faz com que estes espaços sejam altamente moventes, dadas as “respostas” que produzem ante os obstáculos impostos pelo cotidiano, ao mesmo tempo em que oferecem resistência a qualquer ação que lhe seja externa ou muito distante do seu devir.

2. AS ESPACIALIDADES CONSTRUÍDAS PELO ESPAÇO URBANO

Os sentidos de existência construídos por meio das espacialidades urbanas não são, de modo redutor, geograficamente situados, mas traçam suas redes na complexidade de períodos de transformação e de apropriação da cidade e dos demais sistemas de representação não verbal. No caso da cidade, as espacialidades mostram-se como um laboratório de processos comunicativos

que se revestem de abrangências sígnicas distintas, conforme os lugares onde emergem. Como hipótese de investigação, apresenta-se a possibilidade de estreitas comparações entre esses lugares que devem permitir a compreensão e, talvez, a interpretação daquele processo que se tem convencionado chamar de mundialização da cultura.

A caracterização da cidade se fragmenta em “cidade imaginada” e “cidade imaginária”, duas vertentes que tanto definem a pesquisa voltada para o estudo de cada cidade em particular, como também norteiam à mundialização da cultura. Sobretudo, essas vertentes propõem a existência de uma relação entre as “diferentes cidades”. Ou seja: uma vez que a cidade se oferece à espetacularização, cabe à investigação descobrir como se manifesta em cada local. Não se trata, no entanto, de uma visão fragmentada da cidade. Pelo contrário, a relação entre a cidade imaginada e a cidade imaginária nos convida a pesquisar e a enxergar a cidade a partir de sua totalidade, a partir da configuração da cidade mundo que se faz num constante diálogo entre, de um lado, a cidade espetacular, a cidade mostrada na mídia e, de outro, a cidade mediada nas relações sociais, a cidade vivida. Surge, desse diálogo, um contraponto: É a partir de uma simulação da cidade imaginada, ou seja, a partir da veiculação de modelos imaginados para uma cidade ideal que se fragmenta uma cidade imaginária, um espaço vivido e um cotidiano que lhe é próprio, desse modo a cidade mediada, enunciada e imaginada contamina e interfere nas características da cidade imaginária.

É a partir da cidade enunciada como “imagens de cartão postal” que se cria o “glocal”: um glocal onde se percebe que, de uma cidade global é possível inferir as características de uma cidade composta por uma rede de lugares com cotidianos que lhes são próprios. Esses lugares, por sua vez, refletem e se retratam, moldando a cidade através de contínuos processos de tradução entre eles e com os estereótipos globais da cidade imaginada. O contraponto está justamente na possibilidade da cidade imaginária desmontar e traduzir as simulações produzidas na cidade imaginada.

Na atualidade, os diversos processos de mediação criam estereótipos de cidade entendidos como modelos imaginados de uma cidade ideal. Esses fragmentos podem ser observados, metonimicamente, quando as cidades se fazem visíveis enquanto cartões postais e ao mesmo tempo, invisíveis enquanto

lugar vivido. Por outro lado, se a cidade imaginada tem uma intenção informativa, tal como um suporte que funciona como veículo de transmissão linear (um código texto no qual o receptor domina a natureza do código), a cidade imaginária, por sua vez, e como reação à primeira, é efetivamente comunicativa: oferece a possibilidade daquele suporte se transformar em meio verdadeiramente comunicativo, criando, conseqüentemente, uma relação de circularidade entre o emissor e o receptor que se transforma de usuário em verdadeiro construtor da cidade.

A cidade imaginária só se faz apreender nos fragmentos da cidade imaginada. Esses fragmentos são reconhecidos como territórios da cidade vivida: geram a dinâmica dos seus lugares e acabam por reterritorializar a cidade que se deixa perceber na manifestação híbrida da suas glocalidades. A tradução flexível dos códigos da cidade imaginada desenvolvida pela cidade imaginária cria, entre ambas, uma fronteira semiótica.

Existe um processo de configuração semiótica entre a cidade imaginária e a cidade imaginada, resultado de um confronto indicial de ação e reação; a discriminação dessa semiótica constitui condição essencial de percepção e cognição da mundialização da cultura na dinâmica das suas glocalidades. Considerando a epistemologia da comunicação construída pelas cidades locais, o entendimento da dinâmica da cidade imaginária levará ao entendimento de uma ecologia da comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o espaço enquanto matriz cognitiva é capaz de se fazer representar por meio das múltiplas espacialidades. Estas espacialidades são meios de expressão ou se configuram como linguagem. Trata-se, portanto, de investigar o espaço na sua dimensão comunicativa por meio daquelas espacialidades que são construídas pelos distintos regimes signícos.

Em outras palavras, o espaço não é reconhecido como mero suporte de demarcação geográfica ou territorial, mas, como sistema de linguagem. Nesse sentido, é preciso aprender a ler tais espacialidades que são fruto da linguagem

não verbal³ como é o caso do espaço urbano. Isso significa que o exercício de leitura das espacialidades somente é possível por meio da desconstrução dos sistemas semióticos e pela discriminação dos signos que compõem tal sintaxe organizativa. Neste fluxo contínuo de organização dos sistemas de signos, as espacialidades contemporâneas se desenham mais através de relações que se sugerem do que através de roteiros pré-definidos de regularidades do padrão cognitivo. Trata-se de um imbricado jogo de espacialidades fragmentárias, dispares e que apontam para um imprevisível capítulo da historiografia humana e social.

REFERÊNCIAS

- FERRARA, L. Design em Espaços. São Paulo: Edições Rosari, 2002.
- _____. Comunicação, Espaço e Cultura. São Paulo: Annablume, 2008.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, O. Cidade e Modernidade. São Paulo: SESC, 1995.
- JAMESON, F. Marcas do Visível. São Paulo: Graal, 1996.
- _____. Espaço e Imagem. Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- LYNCH, K. A. Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LOTMAN, I. La semiosfera II. Madri: Ediciones Cátedra, 1996.
- McLUHAN, M. Os Meios de Comunicação como Extensões dos Homens. São Paulo: Edusp, 1980.
- _____. McLuhan por McLuhan. Rio de Janeiro: Eudoro, 2005.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

³ Diferentemente do verbal, a linguagem não verbal não possui um único código, ou seja, um único sistema de normas de organização dos seus signos como é o caso da gramática na língua portuguesa.

SILVEIRA, L.F. B. Semiose: Diálogo e Linguagem. In: Galáxia, n. 1. São Paulo, Educ, 2001.

SODRÉ, M. Antropológica do Espelho: para uma teoria da comunicação de massa e em rede. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

ORTIZ, R. Mundialização e Cultura. São Paulo, Cortez, 1994.